

DORMINDO COM O INIMIGO: A TRINCHEIRA DO APARELHAMENTO INSTITUCIONAL

Maria Helena de Amorim Wesley¹
BRASIL BRASILEIRO (<http://www.brasilbrasileiro.pro.br>)
brasil@brasilbrasileiro.pro.br

Rio de Janeiro, Out/2017

1. Palavras chave: Aparelhamento – Defesa – Segurança - Soberania

1. Introdução.

As hodiernas alterações geopolíticas globais que incidem na ordem mundial impõem constantes análises e planejamentos nas perspectivas de Segurança e Defesa em todos os países e o obscuro cenário da realidade brasileira, aqui em foco, impõe reconhecer a inquietante sensação de se estar **dormindo com o inimigo**². Não poderia ser diferente após se testemunhar há mais de 30 anos ao cruel conluio de negociatas de grupos econômicos aliados a uma classe política estatizante dotados de forças cavaleares a jugularem o país e partilharem entre si as riquezas. Certamente a reversão desse cenário adverso não pode ficar restrita aos militares quando se avalia o aparelhamento institucional como basal ameaça à Soberania e à Segurança do país cabendo a todos os brasileiros reverterem as desditas que encobrem a subversão interna dispensando lideranças ou guias em uma reação **orgânica** (Coutinho, 2009), capaz de inviabilizar a plenitude da Defesa Nacional.

Todavia, embora sempre se guarde a esperança de que os novos líderes militares não sucumbam diante da mediocridade que forra as instituições, em especial os Três Poderes - e lastimando profundamente divergir em parte de Bôas (2017) sobre o *funcionamento eficaz* daquelas - é assaz desolador apurar a nefasta conduta de segmentos responsáveis pela Defesa, Segurança e Soberania que espelham o alinhamento ideológico perverso rumo à servidão identificada em Hayek (1994) atinente à decantada *justiça social*.

A falta de envergadura para repensar o país como produto da lassidão hipocondríaca e do aconchego pusilânime dos que não são atingidos pelas mazelas e que convivem entre segmentos contaminados por ideologias anacrônicas e protecionistas de avelhantadas regalias e cuja tutela dos destinos do povo, tornou o Brasil o reino do crime pela impunidade e inversão de valores, perpetrando crimes conforme cartilhas que instruem a contornar as sequelas das leis estabelecidas consideradas como uma *muralha intransponível*. Até o

¹ Doctor Ph.D. International Relations – ABD - Academia Brasileira de Defesa. Acadêmica Perpétua Fundadora

² Certamente os militares hodiernos associam tal colocação como o ocorrido em 1935, na Intentona Comunista, com a chacina nos quartéis de companheiros fardados, muitos enquanto dormiam. Também vale lembrar os atos terroristas, pós 1964, com as guerrilhas urbana e rural que jamais devem ser esquecidos. Mas é inquestionável que a atual conjuntura nacional tem redobrada complexidade.

momento em que o cidadão perder a esperança e passar a incinerar as instituições hoje tornadas baluartes para acobertar os interesses dos delinquentes políticos... A **isonomia**³ da surrada e ultrajada Constituição é frequentemente ignorada e violada por *interpretações* convenientes no tratamento das condenações contribuindo para a sensação de injustiça ou insegurança como se pode observar nos casos do goleiro Bruno e de José Dirceu, o que leva a se poder afirmar, sem titubear, que a isonomia se esvai diante do argumento falho de que uma vida (Elisa Samudio) vale muito mais que os bilhões de reais desviados dos cofres públicos (superfaturamento de contratos e pagamentos de propinas) desprezando a necessidade de avaliar quantas pessoas morreram à sombra do maior esquema de corrupção conhecido da História produzindo no país um genocídio sem precedentes.

As consequências da *insegurança jurídica*⁴ criada e forjada no esgarçar da legislação penal esvazia totalmente qualquer intenção de combater o crime organizado capaz de abrandar a precariedade das condições de trabalho dos agentes de segurança, o que leva a concluir que em nome de uma ideologia perversa se aparelhou **todas as instituições** com representantes conjurados delinquentes.

A percepção desta autora sobre o atual momento parece por vezes divergir do programado nos eventos pelas instituições, ao constatar a carnificina política vivenciada como sequela da brutalidade sistêmica do esquema de contrafação implantado no país, lastreado pelo **aparelhamento institucional** inserido há décadas, deixando clara a realidade de uma *massa falida* em que se transformou o país mergulhado em uma dívida de R\$ 3,357 trilhões (Diário do Poder, 2017), na absoluta ausência de organização, qualidade dos serviços, investimentos em educação e, obviamente, em Segurança.

Talvez o ceticismo presente neste espaço resulte da descrença na classe política (e não na política) por ter presenciado a euforia da população com a chegada do metalúrgico ao poder e hoje amargar, como todos os brasileiros, as consequências.

2. Inimigo interno

O Brasil não tem inimigos externos declarados. Mas os temos numerosos em território pátrio, bastando que se atente a composição dos principais órgãos públicos, repletos de

3 Conforme declaração obsoleta da Presidente do STF, em defesa do corporativismo secular que aniquila o país, aonde a Lei que protege criminosos é sagrada. “Ninguém vai decidir segundo o que o povo quer. O papel do Supremo é ser a força contra majoritária porque direito é razão na relação da pólis. Relação, portanto, político-social. A emoção popular não pode dominar sobre o direito. O direito é essa muralha que faz com que mesmo na hora da raiva, você acate a lei.”, justificou a tomada de decisões controversas.

4 Entre outros muitos motivos imperativos o quinto constitucional deveria ser examinado na Constituição Federal para a os cargos de desembargador (deveriam se restringir a juízes de carreira); de juiz de tribunal superior (que deveriam se limitar aos que passaram por tribunal) e ocupantes de carreira do MP que se instalam no Judiciário prevenindo, assim, a ocupação de cadeiras graças a adoção de um viés ideológico.

vaidosos ideólogos, muitos companheiros de juventude de condenados responsáveis em grande parte pela tragédia recente e que infestam a máquina pública pela prática do *aparelhamento institucional*.

Aceitar que relacionamentos e interesses pessoais possam interferir no destino do país talvez seja a causa do afastamento e do isolamento de muitos sem inclinações ideológicas partidárias. Muitos mal conseguem disfarçar sua desolação com o declínio ideológico da "causa" e a confiabilidade demonstrada pela população nas FFAA nesse momento de amadurecimento.

Entretanto, mesmo com o país a um passo da venezuelização e a complexidade mundial atual as novas gerações do país não estão parecem estar interessadas em "banhos de sangue". Entramos na era do *fim aos mitos*.

Após a *conspirata* montada na PGR para a derrubada do Presidente da República e o consequente abalo nas instituições a chacina política que vivenciamos leva a centrar a atenção para além do desaparecimento, na "eleição" de 2018, prevendo-se como um momento extremamente delicado diante do peso do aparelhamento midiático e da composição atual do Congresso que se assemelha a um lupanar diante da inutilidade das tentativas em ressuscitar "ídolos" que desviem o foco do ocaso das conhecidas esquerdas que também ocorrem em nível mundial.

A geração que assumirá o país não parece afeita a necrofilia, talvez fruto avesso do sistema educacional que esvaziou valores e conteúdos culturais através de cartilhas ideológicas agora em declínio graças à popularidade da internet que contribui para o esvaziamento nas manifestações para o *fora Temer* deixando antever a atual classe política como zumbis.

A busca institucional para atenuar o colapso que alcança o coração da sociedade derivado do esvaziamento ou inversão imposta dos valores basilares em qualquer sociedade varreram fundamentos éticos via imposição do alardeado *politicamente correto* cuja interpretação, distorcida pelo viés ideológico, trouxe o escombro social que emperra o país, obscurecendo a identidade e a elaboração de um projeto estratégico, livre de iniquidades ideológicas. *Considerar o momento atual como oportunidade, como agente saneador* da nação é fundamental para uma mudança onde a ética e as punições aos comportamentos oblíquos podem ser, supõe-se, a única e última escolha de um caminho liberto, logo responsável, a ser trilhado (Wesley, 2016).

O esquema de demolição dos valores morais e éticos que deram vida à civilização ocidental anui à perversidade manifesta, por exemplo, na tentativa de substituir a homenagem

às mãos onde publicitários invocam o sucedâneo da *mulher empoderada*, andrógena, coberta de piercings e tatuagens. Este zotismo insinua seguir um esquema global de destruição dos valores que não está apenas nas vitrines das lojas, mas em toda a grande mídia e nos estabelecimentos de ensino através de militantes partidários de ensino que privilegiam a ideologia em prejuízo do conhecimento, com zelo sistemático, através de uma engenharia social favorável ao desarranjo de modelos de comportamentos e de família costumeiros considerados *conservadores*, esgarçando ao máximo a tessitura social a fim de arregimentar rebeldes afeitos à violência observada.

A complexidade atual distancia cada vez mais a Intervenção de 64 assinalada pela situação de confronto característica da Guerra Fria, com a ação de ideologias externas, que fomentaram ameaças à hierarquia e à disciplina nas Forças Armadas, aspectos que se ajuíza inexistem nos dias atuais. E essa escassa percepção da classe política da seriedade conjuntural pode ser comprovada no recente exemplo dos deputados - e que pode resultar no suicídio político - quando se desencadeou a tentativa de enfraquecer ou derrotar o Presidente da República no Congresso⁵ favorecendo o discurso dos opositores.

No Brasil o desconhecimento da importância e do atual papel das FFAA em países com as dimensões e potencialidades semelhantes surpreende pela superficialidade e distorções, mesmo em segmentos sociais considerados mais esclarecidos. Ignoram a função desempenhada nas fronteiras e a relevância geopolítica do país que torna imprescindível a manutenção e valorização dos militares. As FFAA como instituição permanente, servem ao Estado e não a pessoas (os governos são transitórios). Estão acima de interesses partidários e de anseios particulares.

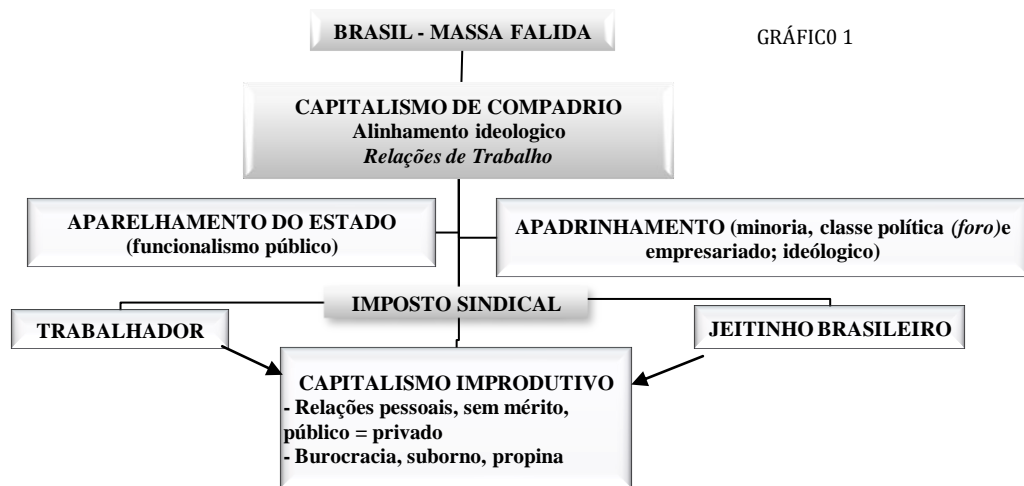
A mídia que reprochou duramente o Governo pela convocação e o uso das Forças Armadas para conter os terroristas e vândalos que tentaram incendiar Brasília (24/05/2017), quando da votação para as reformas das leis trabalhistas, considerou os elementos que incendiaram a Esplanada dos Ministérios e tentou invadir o Palácio do Planalto, meros *manifestantes*, desprezando que as ações para Garantia da Lei e da Ordem são previstas no artigo nº 142 da Constituição Federal e regulamentadas pela lei complementar nº 97, de 1999.

A complexidade do rompimento absoluto com o *capitalismo de compadrio* adubado pelo insano *apadrinhamento* da máquina pública fortaleceu o *aparelhamento* via manutenção e acréscimo do número de pessoas para as quais não interessa mudar coisa alguma. A atual classe política e seus seguidores, infiltrados em todas as instituições, reprime, impõe e

⁵ Basta ver que pela primeira vez na história, um presidente foi denunciado por corrupção no exercício do mandato.

carcome visando aniquilar nas vísceras do povo as últimas resistências e se encarregando encarrega de evitar a transformação do destino nefasto. Pensar o Brasil é refletir neste ardil que a história contemporânea preparou.

A mazela histórica do conhecido *jeitinho*, gerada nos tempos coloniais, marca o comportamento brasileiro e favorece o *sistema de compadrio* como preceito do sistema econômico, levando ao relevo as imperfeições ou os *pecadilhos* cometidos, mas não exime ninguém de buscar a veracidade e a probidade, perfilhando que embora nunca se tenha a sua completa prática é nessa procura que nos aperfeiçoamos quando ajustada ao desprendimento a causas, bandeiras e antigas crenças pautadas em prejudicial autoengano. E mesmo que não se consiga é melhor perecer na tentativa do que abdicar (Gráfico 1).



Os rarefeitos conhecimentos sobre economia aqui esboçados esbarram na usada cantilena argumentativa de *nacionalismo*. Mas se desconhece que a economia tenha nacionalidade ante a inexistência de fronteiras geográficas para as leis econômicas, evidenciando os defensores da estatização não ideólogos de direita nem de esquerda. São ideólogos do atraso, reforçando o quanto a interferência do governo na economia é perniciosa por viabilizar o *capitalismo de compadrio*, a exemplo do empréstimo de R\$ 723 bilhões do dinheiro do contribuinte para empresários bilionários entre os anos de 2007 e 2016, agora tornado público (Imprensa Viva, 2017), aconselhando a urgência em apartar economia da política partidária, configurando a economia de mercado em um novo pacto social (priorizando alimentação, saúde e educação) capaz de pavimentar os caminhos do desenvolvimento que suplante a prática do *capitalismo improdutivo* (Anexo 1).

A História elucida a frequência do domínio de uma irrefutável minoria sobre os demais e que somente com a Revolução Industrial passaram a existir direitos trabalhistas

(aposentadoria, folgas semanais, férias). Não obstante, pode-se afirmar a persistência de práticas servis fincadas na atual legislação trabalhista brasileira, a exemplo da obrigatoriedade sindical, cuja sujeição vem passando por movimentos regressivos diante do processo civilizatório que indica buscar a libertação do homem, contrariando, notadamente na esfera nacional, a classe política e economistas alinhados ideologicamente. Preferem ser credores de favores da iniciativa privada que financiam as campanhas. E essa interferência na iniciativa privada cria uma distorção na economia de mercado. Tecocratas que conferem legitimidade a estas opções parecem, no entender desta autora, desconhecer o potencial distributivo do mercado. Desastre análogo ocorre com a legislação que obriga *recolhimento compulsório de impostos sindicais*, perpetuando uma estrutura arcaica e líderes sindicais forjados pela compra de votos para manutenção de poder. Outro desastre econômico são os setores que definem seus próprios salários, gerando uma aberração econômica cuja prática desestabiliza planos salariais, mormente com a bestial estrutura burocrática nos Três Poderes⁶.

Entretanto, os viveiros de ofídios que compõem a maioria dos partidos políticos viajam nos oceanos turvos e no lodo da corrupção forjado na aleivosia ideológica há três décadas e objetiva sustentar e manter o poder e o controle social sob o manto da *igualdade* e da *justiça social*, vocábulos imprescindíveis para manipulação das massas atormentadas.

A burocracia que emperra a demissão de funcionários incompetentes, vão além da estabilidade. Servidores que se mostram desqualificados resistem à demissão devido ao papelório abarcado nos *processos administrativos disciplinares* (PAD). Cada PAD tem comissão e prazo para concluir a investigação, mas todas as decisões são contestadas na Justiça. Faz parte do rito argucioso para delongar indefinidamente a determinação final, com frequência, até a aposentadoria. Integral, é óbvio. A cada decisão contradita da comissão do PAD, a Justiça estabelece prazo para análise, mas sem sustar a contagem do prazo do PAD (Diário do Poder, 2017a)⁷.

A permissividade administrativa fortalecida após 1995, além de elevar o déficit público fez recrudescer a inflação, aviltando a moeda, em cujo valor se apoia a soberania de uma nação, impondo a CPMF (*imposto do cheque* inventado para *solucionar o problema da saúde*), rejeitada pela população ao descobrir o logro do problema da saúde, que se agravou

6 Estes setores, ao invés de definirem seus próprios salários, devem buscar referenciais na economia de mercado, que, verdadeiramente, flutuam conforme a vontade coletiva e a justa contribuição de cada um para a sociedade. Empresas estatizadas constituem uma reserva de mercado para empoderar políticos. De nenhuma eficácia econômica mas de toda eficácia política.

7 Em 2017, foram somente 119 demissões, 6 destituições e 13 cassações de aposentadoria. Isso equivale a 0,006% dos 2,2 milhões de servidores. Felizmente o projeto apresentado (6/08/2017) da senadora Maria do Carmo (DEM-SE) prevê avaliações periódicas que podem resultar na demissão de incompetentes.

de forma absurda, e os aumentos vertiginosos dos gastos sigilosos das mordomias de hábito através dos *cartões corporativos*⁸.

3. Desastre diplomático.

A compreensão dos conflitos causados pelo *aparelhamento institucional* inserido nas últimas décadas (Gráfico 2) acarreta a consideração da urgência em avaliar os riscos e indefinições inerentes à revolução múltipla (tecnológica, econômica sociocultural, etc.) acentua o caráter imperativo de um traçado estratégico que realce o caráter indelével das distinções do processo civilizatório e das diferenças regionais que constituem a cultura e o território brasileiro (Wesley, 2017).

A ruína da diplomacia brasileira nas duas últimas décadas favoreceu a contração das alternativas de mercados no exterior quando se considera a destinação de agenciamento dos cofres partidários e empresariais alinhados ideologicamente aos últimos governos em consonância com países comunistas e socialistas (Cuba, Venezuela e Angola). O dinheiro do contribuinte saiu dos cofres públicos somente em benefício de uma elite de coniventes internacionais, em aberto detrimento de azos na Europa e na Ásia. Tamanha asneira comprometeu dramaticamente o futuro de gerações de brasileiros, cabendo ao atual governo rever acordos e incentivos fiscais outorgados durante as administrações passadas (Imprensa Viva, 2017a).

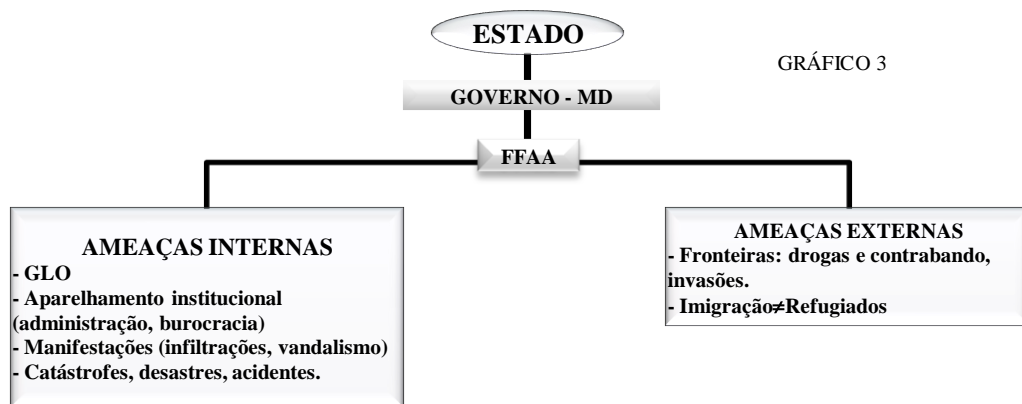


A agenda globalista para a implosão do Estado Nacional encontrou nos governos brasileiros, sobretudo a partir de 1995, súditos cílios que desapropriaram vastidões de terras para ONGs, financiaram com bilhões de reais o embuste virulento dos *movimentos sociais*

⁸ O *exotismo* do comportamento brasileiro favorece a criação de esquemas judiciários esdrúxulos para livrar políticos milionários da cadeia e proteger governantes, sobretudo os servos financiados por George Soros, empenhados no desarmamento e na liberação da droga. Em outros países esses governantes talvez estivessem desfrutando de uma cadeia perpétua ou no muro de fuzilamento por crimes de alta traição.

como o MST, e introduziram a consagração das cotas raciais que açulou o processo de lutas de classes ao privilegiar a cor da pele em detrimento do saber e do mérito⁹.

Pela sua capacidade de influência internacional e complexidade do território nacional e fronteiras com países da América do Sul, deve-se observar a necessidade de uma indústria de Defesa Nacional de acordo com sua capacidade até porque não se pode esperar de outros países uma solução pacífica para conflitos iminentes. O Brasil deve ter uma capacidade de dissuasão eficaz contra possíveis ataques ao seu território e ao povo brasileiro. Espera-se do Governo uma posição enérgica de prol das FFAA. É preciso, é necessário e se devem manter as FFAA sempre alertas e preparadas (Gráfico 3).



As manifestações que pedem a intervenção militar mostram a fadiga da população com os recentes escândalos e espelham a consolidação do capital de confiança nas FFAA apresentado nas pesquisas detendo 83% de confiabilidade. É uma exceção em um ambiente degradado, apesar de parte das grandes mídias tentarem insistentemente depreciar as instituições militares recorrendo, geralmente com distorções, a programas (seriados, novelas) que denigram em grande parte a o regime militar. Confrontam-se, agora, com a independência trazida pela internet aliada à curiosidade juvenil que vem derrubando lendas (Wesley, 2016) e esvaziando ideologias progressas e ultrapassadas presas a ao ranço histórico de um contexto e ignorando a complexidade atual.

O Exército brasileiro é uma instituição que tem suas missões próprias e cujos encargos concernentes as FFAA estão regulados na Constituição no artigo 142, a saber, a defesa da Pátria; a garantia dos poderes constitucionais e a garantia da lei e da ordem. O emprego atual

⁹ O papel do comunista/socialista moderno, caracteriza-se pela submissão à globalização do projeto de controle mundial diligenciado pela ONU e financiado pelas ONGs InterAmerican Dialogue e a Open Society Foundations, de George Soros que, conforme acusação ratificada da revista Executive Intelligence Review (EIR), comanda o ranking do narcotráfico internacional o que talvez explique o fato dele ser um dos grandes acionistas da Vale do Rio Doce (reserva Carajás), a maior empresa mineradora do mundo, subavaliada e vendida a preço irrisório durante o então governo socialdemocrata.

das Forças Armadas só ocorre pela situação de emergência e tem caráter preventivo¹⁰ e mostra de forma escancarada a fragilização dolosa das forças policiais afetadas pela preterição dos recentes governos (atrasos de salários, falta de equipamentos, sucateamento geral) empenhados na implantação do processo de *civilização* ligado a posições ideológicas embutidas na *globalização* que cinzela o fim do Estado dilapidando a segurança e a soberania (Wesley, 2016) revelando a estreita ligação da maioria da classe política com o crime organizado dissimulados em discursos *politicamente corretos* dos bazofitados *direitos humanos*. Revestidos de absoluta insensibilidade os atuais governantes são incapazes de apreender que a entrega de um corpo à família consiste na missão mais difícil para um comandante.

4. Conclusão: Práticas atuais de reversão

O exagero de diagnósticos e preleções e o precário desempenho, ativo e prático em nada ajudam a encontrar a saída para a realidade onde o número de mortos, análogo ao das guerras, aponta para a gravidade do quadro de *segurança pública* (ver Anexo 2). E acreditar que apenas a vertente policial poderá resolver essas questões é ledó engano. A urgência de uma resposta envolvendo distintos atores da sociedade exige a valorização e capacitação das forças de segurança pública paralelamente ao efetivo combate ao tráfico de armas e de drogas, principais indutores da violência nos grandes centros já se ampliando nas fronteiras e no meio rural.

Nesse cenário a restauração e fortalecimento do princípio da autoridade, a acepção da disciplina social e do coletivo nacional -sem luta de classes- devem ser buscados sempre contrabalançando a excessiva compreensão de direitos e a abissal negligência de deveres, diante da certeza de que *liberdade e responsabilidade constituem faces da mesma moeda*. Metas e prioridade nas ações de segurança pública exigem cooperação entre atores públicos e privados tendo como ferramentas, programas sociais e serviços públicos, que fogem à esfera da Segurança Pública, amoldados à região e à população.

Os colapsos políticos e econômicos possivelmente provocarão baixas nas eleições de 2018 dos partidos políticos, sobretudo os considerados da esquerda brasileira. A perspectiva é a de que percam poder de influência junto aos eleitores. A sociedade passou a ver estes grupos como radicais, corruptos, violentos defensores de seus interesses, alheios às demandas do

¹⁰ As manifestações ocorridas na Esplanada dos Ministérios apontam para os riscos ao patrimônio público e a integridade física das pessoas quando vândalos acobertados pela impunidade se infiltraram a fim de deslegitimar qualquer manifestação, agredindo a democracia.

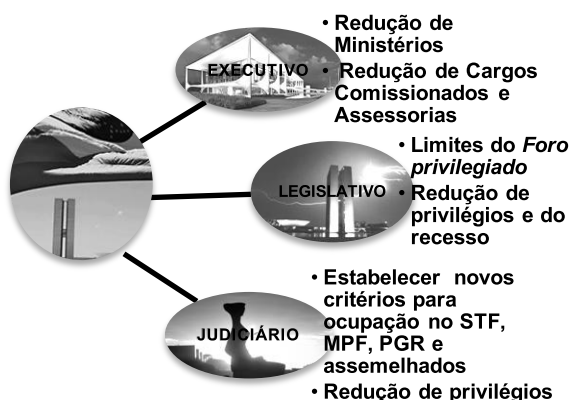
país¹¹, sempre almejando o acesso garantido ao dinheiro do contribuinte. Ademais, a simpatia pelo comunismo, a perpetuação da penúria e a conservação de privilégios já não são aceitos pelo povo desperto pelas redes cibernéticas. O eleitor já intuiu que se em décadas não conseguiram apontar soluções para o país, não será em 2018 que irão conseguir.

Apesar dos baixos índices de aprovação popular - incitado pelo descrédito na classe política - a população não foi para as ruas pedir a saída do atual Presidente, o que certamente levaria o Brasil de um cenário de inconstância para o completo caos político, social e econômico, interrompendo a transição em andamento e forçando uma intervenção que contraria o atual papel das FFAA.

A inexistência de definição de um caminho ou de um plano estratégico que solucione o maior problema da humanidade reforça a complexidade dos elementos fundamentais – o acaso, o caos e a imprevisibilidade - que conformam qualquer estratégia e contrariam a banalização do termo como sinônimo de apreciações simplórias como *modo através do qual se atinge um objetivo*, em aberta aversão à definição de Sun Tzu ao assinalar: *Todos os homens podem ver as táticas pelas quais eu conquisto, mas o que ninguém consegue ver é a estratégia a partir da qual grandes vitórias são obtidas*, revigorando a concepção de invisibilidade ou inexistência de um caminho. Só caminhando se pode construir o caminho, abandonando ilusões e reconhecendo que em qualquer peleja nunca se sabe o resultado final, conta-se somente com o uso racional, ético e social gerados pelo processo evolutivo.

As sugestões que seguem (Gráfico 4) são somente tentativas da autora de fazer sua parte, caminhando.... Sonhando ou delirando?

DESAPARELHAMENTO CORTE DE GASTOS



¹¹ Embora organizados e com razoável número de integrantes, o poder de influenciar o voto de movimentos sociais como o MST, UNE e MTST deve ficar restrito aos próprios movimentos.

Referências

- COUTINHO, Sérgio A. A. **A via democrática para o socialismo**. Manuscrito/anotações doados para a autora. Rio de Janeiro: 2009.
- DIÁRIO DO PODER. <http://www.diariodopoder.com.br/noticia.php?i=84379356762> – 24/07/2017
- HAYEK, Friedrich August Von. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.
- IMPRENSA VIVA. <http://www.imprensaviva.com/2017/07/lula-e-dilma-deram-r-723-bilhoes-do.html> - 24/07/2017.
- _____. <http://www.imprensaviva.com/2017/07/relatorio-da-organizacao-mundial-do.html> - 20/07/2017.
- SUN TZU. **A arte da guerra: os treze capítulos originais**. Adaptação e tradução de Nokko Bushidô. São Paulo: Jardim dos Livros, 2007.
- VILLAS BÔAS, Eduardo Dias da Costa. http://www.defesanet.com.br/cm/noticia/24852/General-Villas-Boas---Somos-um-pais-que-esta-a-deriva--- - Acessado 23/07/2017.
- WESLEY, Maria Helena de Amorim. **Cultura, educação e cibernética: impactos e conflitos na segurança e na soberania**. VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO. EASA, Cruz Alta – RS: setembro de 2016. Disponível em <http://www.brasilbrasileiro.pro.br/textos>
- _____. **O cofre, o paiol e as ideologias: de Sun-Tzu a Coutinho em breves notas sobre o aparelhamento institucional**. XVI CICLO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS ECEME, Rio de Janeiro, maio de 2017. Disponível em <http://www.brasilbrasileiro.pro.br/textos>

ANEXOS

